

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO – ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.422/0001-06

Fone: (46) 3533-8300 – **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br

Endereço: Avenida XV de Novembro, 160 – Centro – São João/PR – CEP 85.570-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.035/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026

CONTRATANTE (UASG): 987871 – Município de São João – PR

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

FORMA: Licitação Tradicional

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

REGIME DE EXECUÇÃO: Prestação de Serviços (execução indireta), por preço global.

AMPLA PARTICIPAÇÃO: Sim

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: Não

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 3.070/2023, e demais normas aplicáveis.

OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação, transporte, instalação, higienização, manutenção e retirada de unidade sanitária móvel tipo carreta, com estruturas complementares, para atendimento da 22ª Festa da Fogueira de 2026 e 6ª Expo São João, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência e anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 158.631,84

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 15/05/2026, às 08h00min

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 29/05/2026, às 08h59min

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 29/05/2026, às 09h00min

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA / DISPUTA DE LANCES: 29/05/2026, às 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal / Compras.gov.br

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- O julgamento será realizado pelo critério de **menor preço global**.
- A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, conforme previsto no edital e seus anexos.
- O edital e seus anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Compras.gov.br, no Portal da Transparência do Município e junto ao Setor de Licitações.
- Os pedidos de esclarecimento e as impugnações deverão observar os prazos e condições previstos no edital.



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.035/2026

O Município de São João, Estado do Paraná, por intermédio da **Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade **Pregão**, em sua forma **Eletrônica**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 3.070/2023, e demais disposições aplicáveis, sendo conduzido pelo Agente de Contratação designado pela Portaria nº 6.934, de 02 de janeiro de 2025, conforme as condições e exigências estabelecidas neste edital e em seus anexos.

PREGÃO ELETRÔNICO – DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO

- **Forma de disputa:** Aberta e fechada, conforme previsto no art. 33 da Lei nº 14.133/2021;
- **Modalidade de Contratação:** Licitação tradicional, nos termos do Termo de Referência;
- **Critério de Julgamento:** Menor preço global;
- **Participação:** **Ampla**, com aplicação dos tratamentos favorecidos previstos na **Lei Complementar nº 123/2006** (ME/EPP/equiparadas), quando atendidas as condições do edital e da regulamentação aplicável;
- **Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS:** Não;
- **Abertura/acolhimento/divulgação de propostas:** Até às 08h59min do dia 29/05/2026;
- **Início da sessão/disputa de lances:** 09h00min do dia 29/05/2026;
- Todas as indicações de tempo constantes neste edital seguirão o horário oficial de Brasília/DF.

Referências legais para este processo licitatório: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decretos Municipais nº 3.118/2023, 3.070/2023, e demais legislação aplicável.

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação, transporte, instalação, higienização, manutenção e retirada de unidade sanitária móvel tipo carreta, com estruturas complementares, para atendimento da 22ª Festa da Fogueira de 2026 e 6ª Expo São João, no Município de São João/PR, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência (Anexo I) e demais disposições deste edital.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

O valor máximo global para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 158.631,84** (cento e cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta e um reais e oitenta e quatro centavos), conforme estimativa detalhada no orçamento referencial elaborado pela Administração, fundamentado em pesquisa de mercado, incluindo cotações e referências de preços, em conformidade com os princípios da economicidade, vantajosidade e competitividade, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. CONDUÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

O pregoão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras Net, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. O endereço eletrônico para recebimento, abertura e processamento das propostas será o portal www.comprasgovernamentais.gov.br, garantindo ampla publicidade, transparência e participação isonômica dos interessados

O edital na íntegra está disponível para consulta na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br>), e no sítio eletrônico do Município Portal da Transparência: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Anderson Camargo Cardoso e equipe de apoio, conforme designados pela Portaria n.º 6.934, de 02 de janeiro de 2025.

Atendimentos serão feitos pelos seguintes contatos:

- **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br
- **Telefones:** (46) 3533-8325
- **Endereço:** Av. Xv de novembro, 160, Centro, São João, PR.
- **Horário de atendimento:** 08h30 às 11h00 e 13h30 às 17h00.

4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros destinados à cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato serão providos da seguinte dotação orçamentária vigente:

- **Órgão/Unidade:** 04.002
- **Funcional Programática:** 13.392.1303.2009
- **Elemento da Despesa:** 3.3.90.39.00.00
- **Fonte de Recurso:** 000

5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação em razão de irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, por meio do campo específico no sítio eletrônico <https://saojoao.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&s=saojoao>, onde também serão publicadas as respostas aos pedidos formulados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES

Os recursos e as respectivas contrarrazões deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, por meio da plataforma oficial utilizada para a condução do certame, observando-se os prazos e procedimentos estabelecidos no item 9 das Condições Gerais deste Edital, em conformidade com o artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS

Durante o curso da licitação, os autos do processo estarão disponíveis para consulta pelos interessados no **sistema eletrônico utilizado para o pregoão**, bem como no **Portal da Transparência do Município** no seguinte endereço:

Sítio eletrônico oficial: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br>

6. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO

A licitação e a contratação decorrente serão regidas pelas **condições específicas e gerais do Pregão Eletrônico**, bem como pelo termos estabelecidos neste edital e seus anexos.

A presente licitação será regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações, além da legislação aplicável.

7. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

7.1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Após o encerramento da fase de lances e concluída a negociação, serão **desclassificadas** as propostas que permanecerem acima dos **valores unitários máximos e totais máximos fixados neste edital**, nos termos do **artigo 59, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

Além disso, poderá ser considerada **inexequível** qualquer proposta cujo preço seja manifestamente **irrisório, simbólico, incompatível com os custos de mercado ou que comprometa a execução contratual**, conforme critérios estabelecidos na legislação vigente e em eventuais estudos técnicos anexos ao edital.

Se for constatada a **inexequibilidade** da proposta mais bem classificada, a Administração poderá convocar o segundo colocado, seguindo a **ordem de classificação**, desde que sua proposta esteja dentro dos limites aceitáveis e **compatível com os parâmetros de mercado**.

7.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O julgamento das propostas será realizado com base no critério de **Menor Preço ou Maior Desconto**, conforme estabelecido no **Termo de Referência (Anexo I)** deste edital.

1. Critério Geral

- Durante a fase de lances, os valores unitários ou globais que ultrapassarem o limite máximo permitido serão **desclassificados**, exceto nos casos de **Maior Desconto**, quando houver possibilidade de lances negativos.
- Encerrada a fase de lances e concluída a negociação, as propostas que permanecerem acima dos valores máximos definidos no Termo de Referência serão **desclassificadas**.

2. Critério para Lotes com Múltiplos Itens

- Para lotes compostos por mais de um item, a aceitabilidade será baseada na **soma dos valores unitários** dos itens do lote.
- As propostas que ultrapassarem o valor total máximo estabelecido no Termo de Referência serão **desclassificadas**, salvo na hipótese de **Maior Desconto** com lances negativos.

3. Critério para Lotes de Valor Global

- Quando o critério de julgamento for o **valor máximo global do lote**, a avaliação será baseada no preço total do lote.
- Se o valor global ofertado ultrapassar o limite definido no Termo de Referência, a proposta será **desclassificada**, salvo na hipótese de **Maior Desconto** com lances negativos.

PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não será inferior a **60 (sessenta) dias** contados a partir da data de sua apresentação, conforme disposto no artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021. O não cumprimento deste prazo poderá resultar na desclassificação da proposta, conforme previsto neste edital.

TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA ME, EPP E MEI

Será concedido **tratamento favorecido** às **microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais**, nos limites previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006**. Também será assegurado **tratamento diferenciado** às **sociedades cooperativas**

mencionadas no **artigo 34 da Lei nº 11.488/2007**, desde que cumpram os requisitos estabelecidos no edital e na legislação aplicável.

Para garantir a efetividade desse tratamento favorecido, serão aplicadas as regras de desempate previstas no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, permitindo que ME, EPP e MEI exerçam o direito de preferência caso suas propostas estejam dentro do limite de **5% (cinco por cento) acima da melhor oferta apresentada por empresa de maior porte**.

AMOSTRA E CATÁLOGO:

A apresentação de **catálogo técnico** e/ou **amostra do(s) objeto(s)** licitado(s) **somente será exigida se expressamente prevista no Termo de Referência (Anexo I)**, conforme critério da Administração.

Quando exigida, a amostra deverá ser entregue no prazo e local indicados pela Administração, para verificação da conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade e desempenho estabelecidos no edital. As amostras poderão ser submetidas a análise técnica e a ensaios específicos, quando aplicável.

O não atendimento à exigência de apresentação de catálogo técnico ou amostra, **caso prevista**, poderá ensejar a desclassificação da proposta, com a consequente convocação do licitante subsequente, conforme os critérios estabelecidos no edital e na legislação vigente

GARANTIA:

A prestação de garantia de execução **poderá ser exigida apenas nos casos em que estiver expressamente prevista no Termo de Referência (Anexo I)** e devidamente justificada em razão da natureza e complexidade do item adjudicado, conforme o disposto no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Quando exigida, a garantia deverá ser proporcional ao valor do item contratado e poderá abranger aspectos como qualidade dos materiais, desempenho adequado do objeto contratado e cumprimento dos prazos e condições estabelecidos no edital.

A garantia, se aplicável, deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades, à escolha do contratado:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

O percentual, o prazo de vigência e demais condições constarão expressamente na minuta contratual correspondente, somente nos casos em que a garantia for exigida.

Caso não haja exigência expressa no Termo de Referência, a Administração se reserva ao direito de não solicitar a garantia.

CONSÓRCIO:

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio nesta licitação.

A vedação se justifica em razão das características do objeto, que consiste na prestação de serviços de locação, transporte, instalação, higienização, manutenção e retirada de unidade sanitária móvel tipo carreta, com estruturas complementares, tratando-se de objeto de execução integrada, porém comum no mercado e plenamente executável por empresa individualmente considerada, não demandando a reunião de empresas para o cumprimento das obrigações contratuais.

Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá admitir ou vedar a participação de consórcio, desde que haja justificativa pertinente no processo administrativo.

No presente caso, a não admissão de consórcio mostra-se adequada, tendo em vista que o objeto não apresenta complexidade técnica elevada, vulto extraordinário ou dimensão que justifique a conjugação de capacidades econômico-financeiras e técnico-operacionais de mais de uma empresa.

Além disso, a vedação ao consórcio contribui para a simplificação da gestão contratual, da fiscalização da execução e da apuração de responsabilidades, especialmente considerando que os serviços deverão ser prestados de forma coordenada, contínua e sob responsabilidade direta da futura contratada durante a realização do evento.

Dessa forma, ficam impedidas de participar desta licitação empresas reunidas sob a forma de consórcio.

O descumprimento desta vedação resultará na desclassificação da proposta ou na inabilitação do licitante, conforme a fase em que for constatada a irregularidade, sem prejuízo da aplicação das demais medidas cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente.

ANEXOS

Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – Documentos de Habilitação;
- **Anexo III** – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- **Anexo IV** – Modelo de Procuração;
- **Anexo V** – Modelo de Declaração;
- **Anexo VI** – Locais de Entrega;
- **Anexo VII** – Minuta de Contrato;
- **Anexo VIII** – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- **Anexo IX** – Declaração da Lei Geral de Proteção de Dados;

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- a) O pregão será realizado por meio eletrônico, utilizando o **sistema de compras eletrônicas ComprasNet**, acessível pelo endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, conforme disposto na **Lei Federal nº 14.133/2021** e regulamentações vigentes.
- b) O certame será conduzido por servidor(a) público(a) **designado(a) para a função de pregoeiro(a)**, com suporte da **equipe de apoio**, responsável pelo monitoramento e gestão dos dados inseridos ou transferidos para o **sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal**.
- c) O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, nos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, e demais normativas aplicáveis.
- d) Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se **credenciar previamente**, obtendo **chave de identificação e senha pessoal**, seguindo as instruções disponíveis na página do sistema.
- d.1) O **credenciamento do interessado e de seu representante legal** no sistema eletrônico **implica sua responsabilidade pelos atos praticados**, presumindo-se sua capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, nos termos do **artigo 13 do Decreto Federal nº 10.024/2019**.
- e) O acompanhamento das operações no sistema eletrônico **é de responsabilidade exclusiva do licitante**, não cabendo à Administração Municipal qualquer ônus decorrente da **perda de negócios, inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou eventual desconexão do licitante durante a sessão pública do pregão**.

2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- a) Poderão participar deste Pregão **pessoas jurídicas** cujo **ramo de atividade seja compatível** com o objeto da licitação e que apresentem **todos os documentos exigidos para habilitação**, bem como estejam **devidamente cadastrados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP** (<https://pncp.gov.br>), nos termos do **artigo 62 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- b) Os interessados em participar do pregão deverão possuir **chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas** adotado pela Administração, conforme especificado no **Item 1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico**.
- c) **É vedada a participação na licitação de pessoas físicas ou jurídicas que:**
- c.1) tenham sido **declaradas inidôneas** ou sofrido **sanção impeditiva** de contratar com a Administração Pública no âmbito da **União, Estados, Distrito Federal e Municípios**, nos termos do **artigo 155 da Lei nº 14.133/2021**;
- c.2) tenham constituído pessoas jurídicas que foram penalizadas nos termos do item **c.1**, enquanto perdurarem as penalidades;
- c.3) possuam **sócios em comum** com empresas que se enquadrem no item **c.2**, salvo se comprovada a segregação de responsabilidades jurídicas e financeiras;
- c.4) **não operem no território nacional**, estejam **sob falência, dissolução, liquidação** ou sejam **pessoas físicas em situação de insolvência**;
- c.5) **mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante**, configurando conflito de interesse;

- c.6) sejam **servidores públicos ou dirigentes de órgãos municipais**, ou empresas das quais esses servidores figurem como **sócios, dirigentes ou possuam participação indireta**, salvo nos casos permitidos por lei;
- c.7) sejam **pessoas físicas e jurídicas de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021**, incluindo empresas que tenham entre seus sócios **agentes públicos com influência na licitação** ou que configurem hipótese de impedimento legal;
- c.8) sejam **autores do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo** vinculado à licitação, **isoladamente ou em consórcio**, nos casos de **obras, serviços ou fornecimento de bens**, conforme vedado pelo **artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- c.9) **participem na forma de consórcio**, conforme vedação expressa estabelecida neste edital e fundamentada no **artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- d) A **participação na licitação implica a aceitação integral das condições** estabelecidas neste edital e na legislação aplicável, não cabendo alegação de desconhecimento.
- e) Além dessas condições gerais, deverão ser **obedecidas eventuais exigências específicas de participação** fixadas no edital, considerando peculiaridades do objeto licitado.
- f) O(a) pregoeiro(a) **verificará o cumprimento das condições de participação por parte das licitantes**, com especial atenção à **existência de sanções impeditivas de contratação**, conforme previsto no **artigo 61 da Lei nº 14.133/2021**.

3. PROPOSTA INICIAL

- a) Antes de submeter a proposta comercial no sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio:
- a.1) **conhecimento e atendimento** às exigências de **habilitação** e demais condições previstas no edital;
- a.2) sua condição de **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI)** para usufruir dos benefícios previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações.
- b) A **proposta de preço inicial** deverá ser enviada por meio de **formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas**, observando o prazo e os critérios estabelecidos no edital.
- b.1) A proposta registrada poderá ser **alterada ou retirada** até a data e hora definidas no edital.
- b.2) Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, **o sistema não permitirá inclusão, alteração ou desistência**, nos termos do **artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da **fase de lances**.
- d) O(a) pregoeiro(a) **verificará as propostas apresentadas quanto à exequibilidade**, podendo **desclassificar aquelas que não atendam aos requisitos do edital**, conforme previsto no **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- a) O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no **sistema eletrônico**, dos seguintes campos:
- a.1) **Valor unitário e total do item**, valor global ou percentual de desconto, conforme aplicável;
- a.2) **Marca** do produto ofertado, quando aplicável;
- a.3) **Fabricante**, quando aplicável;
- a.4) **Descrição detalhada do objeto**, conforme especificado no **Termo de Referência (Anexo I)**, incluindo modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando aplicável.

- b) Todas as **especificações do objeto contidas na proposta vinculam o contratado**, sendo vedadas alterações posteriores que modifiquem sua essência.
- c) Os valores propostos devem **incluir todos os custos operacionais**, encargos **trabalhistas, tributários, previdenciários, comerciais** e quaisquer outros que incidam **direta ou indiretamente sobre o fornecimento dos bens ou serviços**, assegurando o cumprimento do contrato sem prejuízo ao contratado.
- d) Os **preços ofertados**, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, são de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não cabendo pleito de **alteração sob alegação de erro ou omissão**, nos termos do **artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- e) O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação, conforme disposto no **artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- f) As **ofertas devem respeitar os preços máximos estabelecidos no edital**, sendo passível de **desclassificação** qualquer proposta que ultrapasse esses limites.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- a) A abertura da licitação ocorrerá em **sessão pública**, por meio do **sistema eletrônico de compras**, na data, horário e local indicados no edital.
- b) O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas, **desclassificando aquelas que não atendam aos requisitos estabelecidos no edital**, nos termos do **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas, sendo que **somente estas participarão da fase de lances**.
- d) O sistema disponibilizará um **campo próprio para troca de mensagens** entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.
- e) Iniciada a etapa competitiva, os **lances deverão ser enviados exclusivamente pelo sistema eletrônico**.
- e.1) O lance deve ser ofertado de acordo com o **critério de disputa fixado neste edital**.
- f) Os licitantes poderão oferecer **lances sucessivos**, observando o horário de abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- g) O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- h) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances será de R\$ 0,01.

5.1. Modos de Disputa

- i) O modo de disputa será definido no edital, podendo ser:

5.1.1. Modo de Disputa Aberto

- Os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, com possibilidade de prorrogação automática.
- A etapa de lances terá duração inicial de **10 minutos** e será prorrogada automaticamente caso haja lance ofertado nos últimos **2 minutos** do tempo estabelecido.
- A prorrogação automática será de **2 minutos** e ocorrerá sucessivamente enquanto houver novos lances dentro desse período, inclusive no caso de lances intermediários.
- Caso não sejam apresentados novos lances conforme as regras acima, a sessão pública será automaticamente encerrada.
- O(a) **pregoeiro(a)**, assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá justificadamente admitir o reinício da sessão para garantir a melhor proposta.

5.1.2. Modo de Disputa Aberto e Fechado

- Os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, seguidos de um **lance final e fechado**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

- A fase inicial de lances terá duração de **15 minutos**, após o qual o sistema emitirá um aviso de **fechamento iminente** e iniciará um período adicional, aleatoriamente determinado, de até **10 minutos**.
- Após essa etapa, os licitantes que apresentaram a melhor oferta e aqueles cujos preços sejam **até 10% superiores** poderão apresentar **um lance final e fechado em até 5 minutos**, sendo sigiloso até o término desse período.
- Caso não haja pelo menos **três ofertas dentro das condições acima**, os três melhores licitantes subsequentes poderão apresentar um lance final e fechado.
- O sistema ordenará automaticamente os lances segundo a **ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto)**.

5.1.3. Modo de Disputa Fechado e Aberto

- Somente os licitantes que apresentarem a **proposta mais baixa** e aqueles com valores **até 10% superiores** poderão participar da etapa aberta.
- Caso não haja **três propostas** dentro do intervalo de 10%, poderão participar os **três melhores licitantes**, considerando propostas empatadas.
- A fase de lances terá duração de **10 minutos**, com **prorrogações automáticas de 2 minutos** sempre que um novo lance for ofertado nos últimos **2 minutos** da sessão.
- O sistema **encerrará a disputa automaticamente** caso não haja novos lances, ordenando os valores conforme a classificação final.
- Caso a diferença entre a **melhor proposta e a segunda colocada seja superior a 5%**, o **Agente de Contratação/Comissão** poderá determinar o **reinício da disputa** para definição das colocações subsequentes.

5.2. Encerramento da Fase de Lances e Negociação

j) O sistema encerrará automaticamente a fase de lances conforme o modo de disputa adotado, ordenando as propostas de acordo com os critérios estabelecidos no edital.

k) Após o encerramento da fase de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá:

- Negociar diretamente com o licitante que apresentou a **melhor oferta**, buscando melhores condições para a Administração.
- Verificar a conformidade da proposta vencedora em relação aos requisitos do edital e ao Termo de Referência.
- Desclassificar propostas que não atendam aos requisitos técnicos, financeiros ou de habilitação, convocando os próximos classificados.

l) O(a) pregoeiro(a), assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá justificadamente admitir o reinício da etapa de lances para assegurar a obtenção da melhor proposta ou diante da ausência de lances compatíveis com os requisitos do edital.

5.3. Critério de Desempate e Tratamento Favorecido para ME, EPP e MEI

m) Para itens **não exclusivos** a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais (ME, EPP e MEI), encerrada a etapa de lances, será verificado o porte da empresa para aplicação do disposto nos artigos **44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006**.

n) Se as propostas de ME, EPP ou MEI estiverem **até 5% acima** da melhor proposta ou lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

o) Em caso de empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será conforme o artigo **60 da Lei nº 14.133/2021**, considerando **experiência do licitante, desenvolvimento sustentável e equidade de gênero**.

5.4. Negociação da Proposta Final

- p) Após o encerramento da etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, via sistema eletrônico, **contraproposta ao licitante que apresentou o melhor preço**, buscando um valor ainda mais vantajoso, sem alterar as condições previstas neste edital.
- q) A negociação será conduzida pelo sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- r) O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 horas**, envie a proposta revisada conforme o último lance ofertado, acompanhada, se necessário, de documentos complementares para confirmação dos requisitos exigidos no edital.
- s) O(a) pregoeiro(a) poderá **prorrogar o prazo** estabelecido, caso haja solicitação fundamentada pelo licitante via chat antes do término do prazo.
- t) Após a negociação do preço, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de **aceitação e julgamento da proposta**.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- a) Encerrada a etapa de lances e negociação, o(a) **pregoeiro(a)** examinará a **proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto licitado e à compatibilidade do preço** em relação ao valor máximo estabelecido para a contratação, nos termos do **art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- b) O **licitante qualificado como produtor rural pessoa física** deverá incluir, em sua proposta, os **percentuais das contribuições previstas no art. 154 da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022**, sob pena de **desclassificação**.
- c) Será **desclassificada** a proposta ou o lance vencedor que apresentar:
- c.1) Preço final **superior** ao(s) **preço(s) máximo(s)** fixado(s) no edital ou **desconto inferior ao mínimo exigido**;
- c.2) **Preço manifestamente inexequível**, considerando-se assim aquele que:
- **Estiver abaixo de 75%** do valor orçado pela Administração Pública, no caso de **serviços com predominância de mão de obra**; ou
 - **Estiver abaixo de 50%** do valor orçado pela Administração Pública, **nos demais casos**;
- salvo se o licitante comprovar, por meio de documentação adequada, a exequibilidade de sua proposta, nos termos do **§1º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021**.
- Além disso, também serão consideradas inexequíveis propostas **com valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado**, acrescidos dos encargos legais, **exceto quando se referirem a materiais ou instalações de propriedade do próprio licitante**, para os quais ele **renuncie expressamente** à parcela ou à totalidade da remuneração.
- d) **Qualquer interessado poderá requerer a realização de diligências** destinadas a verificar a exequibilidade ou a legalidade das propostas apresentadas, devendo apresentar **elementos concretos** que fundamentem a suspeita.
- e) Caso haja necessidade de **suspensão da sessão pública** para a realização de diligências, o seu reinício dependerá de **aviso prévio publicado no sistema, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas**, devendo o fato ser **registrado em ata**.
- f) O(a) **pregoeiro(a)** poderá **convocar o licitante para envio de documentos complementares** digitalizados pelo sistema, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, sob pena de **não aceitação da proposta**.
- f.1) O prazo poderá ser **prorrogado**, desde que o pedido seja **devidamente fundamentado pelo licitante** por meio do **chat do sistema, antes do seu vencimento**.
- f.2) Entre os documentos que poderão ser solicitados destacam-se aqueles que **detalham as características do objeto ofertado**, tais como **marca, modelo, tipo, fabricante, procedência**,

além de **catálogos, folhetos técnicos, manuais ou propostas comerciais**, desde que **enviados por meio eletrônico** conforme exigido.

6.1 DA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS (QUANDO APLICÁVEL)

g) A exigência de apresentação de amostras será aplicada **exclusivamente aos itens que assim estiverem expressamente previstos no Termo de Referência (Anexo I)** deste edital, incluindo os critérios de análise e julgamento técnico.

O local, data e horário para entrega e avaliação das amostras serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico utilizado para o certame, sendo facultada a presença dos licitantes interessados. Os resultados das avaliações também serão divulgados por meio eletrônico, com base nos aspectos técnicos definidos no Termo de Referência e nos padrões mínimos de aceitabilidade estabelecidos pela Administração.

g.1) A **não entrega da amostra ou atraso na entrega**, sem justificativa aceita pelo(a) pregoeiro(a), ou a **entrega de amostra fora das especificações previstas no Edital**, resultará na **recusa da proposta**.

g.2) Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo **primeiro classificado não for(em) aceita(s)**, o(a) pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da **proposta do segundo classificado**, e assim sucessivamente, até a **verificação de uma proposta que atenda às especificações do Termo de Referência**.

g.3) As **amostras disponibilizadas serão tratadas como protótipos** e poderão ser **manuseadas e desmontadas pela equipe técnica responsável**, sem direito a ressarcimento.

g.4) Após a **divulgação do resultado final da licitação**, as **amostras deverão ser retiradas pelos licitantes no prazo de 05 dias**, sob pena de **descarte ou incorporação pela Administração**, sem direito a ressarcimento.

g.5) Os licitantes deverão **disponibilizar todas as condições necessárias** para a realização de testes e fornecer, **sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa** necessários ao manuseio do item ofertado, quando aplicável.

6.2 NEGOCIAÇÃO E PROCEDIMENTOS EM CASO DE DESCLASSIFICAÇÃO

h) Se a **proposta ou lance vencedor for desclassificado**, o(a) pregoeiro(a) examinará a **proposta ou lance subsequente**, seguindo a **ordem de classificação**.

i) O(a) pregoeiro(a) poderá **suspender a sessão e informar a nova data e horário** para sua continuidade por meio do **chat do sistema**.

j) O(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, via sistema eletrônico, **contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso**, com o objetivo de **obter melhor preço**, vedada a negociação em **condições diversas das previstas neste Edital**.

j.1) Caso o(a) pregoeiro(a) não aceite a proposta e passe à subsequente, poderá também **negociar melhores condições** com o licitante classificado em seguida.

j.2) A negociação será **conduzida pelo sistema** e poderá ser **acompanhada pelos demais licitantes**.

6.3 CRITÉRIO DE EMPATE E TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME, EPP E MEI

k) Nos itens que **não sejam exclusivos para a participação de ME, EPP e MEI**, caso a **proposta não seja aceita**, e antes de o(a) pregoeiro(a) passar para o próximo classificado, haverá **nova verificação pelo sistema** para eventual ocorrência de **empate ficto**, conforme previsto nos **artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006**.

m) Encerrada a **análise da proposta**, o(a) pregoeiro(a) verificará a **habilitação do licitante**, conforme as disposições deste Edital.

n) O licitante **provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro**, deverá comprovar **cumulativamente os requisitos de habilitação**, somando as exigências do

item em que venceu às do item em que está concorrendo, **sob pena de inabilitação e aplicação das sanções cabíveis.**

n.1) Se **não houver comprovação cumulativa**, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de **menor(es) valor(es)** cuja retirada seja suficiente para a **habilitação do licitante nos demais itens.**

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a) Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a **proposta comercial**, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do **Anexo III**), bem como os **documentos de habilitação** (conforme **Anexo II**), até a data e horário estabelecidos pelo(a) pregoeiro(a).

b) O envio da proposta ocorrerá por meio da **chave de acesso e senha** cadastradas no sistema eletrônico.

c) Os documentos exigidos para **fins de habilitação** constam no **Anexo II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste edital e serão solicitados ao fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.1. Verificação da Regularidade dos Licitantes

d) Antes da análise da documentação de habilitação do licitante melhor classificado, será verificado o eventual descumprimento das **condições de participação**, especialmente quanto à existência de **sanções impeditivas**, mediante consulta aos seguintes cadastros:

i) **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);**

ii) **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (TCU)** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

iii) **Restrições ao direito de contratar com a Administração Pública no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR)** (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>).

d.1) A consulta será realizada em nome da empresa licitante e de seu **sócio majoritário**, conforme artigo 12 da **Lei nº 8.429/1992**, que prevê sanções a pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atos de improbidade administrativa.

d.1.1) Caso a consulta ao sistema indique **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, a Administração realizará diligências para verificar possível fraude por parte das empresas listadas no respectivo relatório.

d.1.1.1) A tentativa de burla será analisada considerando **vínculos societários, linhas de fornecimento similares, entre outros indícios de fraude.**

d.1.1.2) Antes da desclassificação, o fornecedor será **convocado para manifestação** sobre a irregularidade apontada.

d.2) Constatada a existência de **sanção impeditiva**, o fornecedor será **considerado inabilitado** por falta de condição de participação.

d.3) Caso **não haja impeditivos**, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.

d.3.1) É responsabilidade do fornecedor manter **atualizados** os documentos no SICAF para que estejam vigentes na data da sessão pública.

d.3.2) Caso os documentos não estejam atualizados, o fornecedor poderá ser **inabilitado**, salvo se a Administração conseguir **emitir certidões válidas** diretamente nos sites oficiais dos órgãos emissores.

7.2. Dispensa da Apresentação de Documentos

e) Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem:

- No **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**;
- No **Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município**;
- Em outros sistemas oficiais, desde que os documentos estejam **atualizados** e acessíveis para consulta pública.

f) Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em **original, por cópia ou por outro meio expressamente admitido pela Administração**.

7.3. Regras para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI)

g) As **ME, EPP e MEI** deverão encaminhar toda a documentação de habilitação, **mesmo que apresentem restrições de regularidade fiscal e trabalhista**, nos termos do artigo 43, §1º da **Lei Complementar nº 123/2006**.

7.4. Responsabilidades dos Licitantes

h) **Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão**, assumindo o ônus por eventual perda de negócios decorrente da inobservância de mensagens do sistema ou de sua desconexão.

i) Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão **retirar ou substituir** a proposta anteriormente inserida no sistema.

j) **Não será estabelecida ordem de classificação entre as propostas nesta etapa do certame**, sendo está definida **somente após os procedimentos de negociação e julgamento**.

k) **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor**, prevalecendo aquele que for **registrado primeiro no sistema eletrônico**.

l) Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em **tempo real**, do **menor valor registrado (ou maior desconto)**, **sem identificação do licitante**.

m) Em caso de **desconexão do(a) pregoeiro(a) durante a etapa de lances**, o sistema eletrônico poderá **permanecer acessível aos licitantes** para envio de novos lances.

n) Se a desconexão do sistema eletrônico do(a) pregoeiro(a) persistir por mais de **10 minutos**, a sessão pública será **suspensa** e reiniciada **após 24 horas**, com comunicação prévia aos participantes.

7.5. Publicidade e Acesso às Propostas e Documentos

o) Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do **licitante melhor classificado** somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e acesso público **após o encerramento da fase de lances fechados**.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

a) A proposta deverá ser formulada de acordo com o **valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas**, e assinada **eletronicamente com certificação digital ICP-Brasil** pelo **representante legal do licitante** (ou seu procurador qualificado).

O documento deverá conter, conforme modelo definido neste edital:

- **Identificação da licitação**;
- **CNPJ e nome empresarial completo do licitante**;
- **Descrição do produto/serviço ofertado** para cada **item e/ou lote** da licitação, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I);
- **Valor global, preços unitários e globais por item e/ou lote**, cotados em moeda corrente nacional (R\$);
- **Prazo de validade da proposta**, que **não poderá ser inferior ao estabelecido no edital**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

a.1) A proposta definitiva deverá obrigatoriamente observar os preços unitários máximos fixados na planilha de composição de preços do edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, independentemente do critério de disputa e da composição dos lotes.

a.2) O(a) pregoeiro(a) poderá corrigir erros materiais ou falhas evidentes nas propostas que não comprometam sua substância ou validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, nos termos do artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

a.3) Os preços deverão ser cotados em reais (R\$), com até duas casas decimais após a vírgula. Valores além da segunda casa decimal serão desconsiderados pelo sistema.

b) Nos termos do §1º do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a totalidade dos custos necessários ao cumprimento dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo constante no Anexo V deste edital.

c) Nos termos do artigo 82, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital, obrigando-se a cumprir o fornecimento nos limites da proposta apresentada, garantindo o atendimento às condições mínimas exigidas pela Administração.

9. OS RECURSOS

a) Qualquer licitante poderá manifestar, em campo próprio do sistema, de forma imediata e motivada, sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação, nos termos do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

a.1) As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico, com certificação digital ICP-Brasil.

a.2) Os demais licitantes serão automaticamente intimados a apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, devendo ser assinadas com certificação digital ICP-Brasil.

b) A ausência da apresentação das razões recursais no prazo fixado resultará na decadência do direito de recorrer, conforme artigo 166 da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) As razões e contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme as disposições anteriores, ou que forem subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para representar o licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

d) Os autos do processo administrativo de licitação estarão à disposição dos interessados no Portal da Transparência do Município, no site: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

e) O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento, não afetando os demais atos válidos do procedimento licitatório.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

a) Após a análise da aceitabilidade da proposta, regularidade da documentação e habilitação do licitante vencedor, bem como eventual verificação de amostras exigidas, o(a) pregoeiro(a) encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente para adjudicação e homologação, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Será permitida a **adjudicação e homologação parcial** do procedimento licitatório, quando o objeto licitado **for dividido em lotes distintos, conforme critérios previamente estabelecidos no edital**.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

a) O adjudicatário será **notificado para assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho (ou documento equivalente)** no prazo de **05 dias úteis**, podendo ser **prorrogado a critério da Administração**, sob pena de **decair do direito à contratação** e estar sujeito às **penalidades previstas neste Edital**, nos termos do **artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.1) Alternativamente à **convocação presencial**, a Administração poderá **encaminhar o contrato para assinatura via correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico**, devendo ser **devolvido devidamente assinado no prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento**.

b) Para a **assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho**, o adjudicatário deverá estar **credenciado no Certificado de Registro Cadastral do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, mantendo as **condições de habilitação previstas no edital durante toda a vigência do contrato**, conforme **artigo 87 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) Antes da **assinatura do contrato**, a Administração realizará **consulta aos cadastros de inadimplência federais, estaduais e demais registros** para **atestar a regularidade da empresa adjudicatária**, garantindo conformidade com o **artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

d) Os **pagamentos serão condicionados à prévia indicação, pelo credor, dos dados bancários em conta corrente mantida na instituição financeira contratada pelo Município**, em conformidade com a legislação vigente.

e) Caso o adjudicatário **não apresente as comprovações exigidas ou se recuse a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho**, a Administração poderá **revogar a licitação ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação**, para celebração do contrato nas **condições ofertadas pelo primeiro colocado**, conforme **artigo 90, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e.1) A **recusa injustificada do adjudicatário ou justificativa não aceita pela Administração** poderá resultar na **aplicação de sanções administrativas**, nos termos do **artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e.2) Se **nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos estabelecidos**, o Município poderá **convocar os remanescentes**, observando a **ordem de classificação**, para assinatura do contrato nas **condições por eles ofertadas**, desde que o valor seja **igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação**.

f) A **entrega, o recebimento do objeto licitado e os pagamentos** serão realizados **nos prazos, locais e formas estabelecidas nos anexos deste Edital**, garantindo a regularidade na execução contratual.

g) Em caso de **atraso nos pagamentos**, desde que a **contratada não tenha concorrido para o atraso**, será aplicada **taxa de compensação financeira sobre o valor devido**, nos termos do **artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

h) Antes de **cada pagamento**, a Administração deverá realizar **consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e nos cadastros de inadimplência federais, estaduais e municipais** para verificar a **manutenção das condições de habilitação do licitante contratado**, garantindo o cumprimento das exigências legais.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- a) O licitante e o contratado que incorrerem em infrações estarão sujeitos às sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos correspondentes do Decreto nº 3.118/2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais, conforme previsto no Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
- b) A multa aplicável não será inferior a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato firmado, nos termos do artigo 156, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) O cálculo da multa será fundamentado, observando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como a gravidade da infração, conforme os artigos pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- d) A multa poderá ser descontada do pagamento devido pelo Município, inclusive em relação a outros contratos firmados entre as partes. Nesse caso, a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, conforme aceite prévio do licitante ou contratado.
- d.1) A retenção de pagamento de outros contratos pela Administração Pública, durante o período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, sem configurar mora nem gerar compensação financeira.
- e) A multa de mora diária será de 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia.
- e.1) A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no que couber, o disposto nos itens acima.
- e.2) Em todos os casos, será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes da aplicação da penalidade, conforme artigo 157 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- f) O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto nos artigos correspondentes a Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência e legalidade.
- g) Nos casos não previstos neste Edital, incluindo os procedimentos para aplicação de sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis.
- h) Sem prejuízo das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, seja na participação da presente licitação ou nos contratos dela decorrentes, dar-se-á conforme a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislações aplicáveis.
- i) Todas as penalidades aplicadas serão registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Certificado de Registro Cadastral dos Fornecedores do Município, conforme exigido pela legislação vigente.

13. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer e se comprometer a cumprir as normas de prevenção à corrupção estabelecidas na legislação brasileira, incluindo a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992) e a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), além de seus regulamentos.

Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou prometer qualquer pagamento, doação, compensação, vantagem financeira ou benefício indevido a quem quer que seja, direta ou indiretamente.

- Também é vedada qualquer forma de manipulação ou fraude que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

- O mesmo compromisso deverá ser assegurado por prepostos, administradores e colaboradores das partes envolvidas, garantindo a ética e a transparência na execução do contrato.

14. DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

- a) O Município realizará **todas as retenções tributárias exigidas por lei**, observando as disposições da **legislação federal, estadual e municipal aplicáveis**.
- b) O Município efetuará a **retenção do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos pelo ente público municipal**, conforme a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012** da Receita Federal, que regulamenta a aplicação do **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.
- b.1) As **alíquotas aplicáveis** serão aquelas previstas nos **anexos da IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**, bem como nas normas complementares da Receita Federal do Brasil, nos termos do **artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996**.
- b.2) As **hipóteses de retenção do imposto de renda na fonte**, bem como eventuais **deduções na base de cálculo**, deverão ser **explicitamente informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas**, assim como os casos de **isenção ou dispensa de retenção**, nos termos da **IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**.
- b.3) As **retenções serão efetuadas no momento do pagamento** dos valores devidos pela **prestação dos serviços ou fornecimento dos bens contratados**, desde que devidamente **atestados e liquidados**, mediante recolhimento aos cofres municipais, conforme disposto no **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Todas as **referências de tempo** deste Edital correspondem ao **horário oficial de Brasília-DF**, nos termos do **Decreto Federal nº 6.932/2009**.
- b) Caso ocorra **decretação de feriado** ou outro fato **superveniente** que **impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas** na data designada no Edital, esta será **automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, sem necessidade de nova comunicação**.
- c) O(a) **pregoeiro(a)** **poderá, se necessário, promover diligências** para esclarecer ou **complementar informações** constantes do processo licitatório, nos termos do **artigo 64, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- d) O **licitante será responsável por eventuais perdas de negócios** decorrentes da **inobservância de mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema eletrônico**, ainda que ocorra **desconexão durante o certame**, conforme previsto no **artigo 63, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- e) A **não apresentação de qualquer documento exigido** ou a **apresentação com prazo de validade expirado** resultará na **desclassificação ou inabilitação do licitante**, salvo se for possível a **regularização nos termos do artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- f) A **contratada deverá garantir livre acesso da Administração e dos órgãos de controle interno e externo aos documentos e registros contábeis referentes ao objeto contratado**, sempre que solicitado, garantindo **transparência e fiscalização efetiva**.
- g) Os **documentos que não mencionarem prazo de validade** serão considerados válidos por **90 (noventa) dias a partir da data de emissão**, salvo disposição legal em contrário ou indicação específica no edital.
- h) Os **licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico** indicado no **item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico**. O(a)

pregoeiro(a) poderá **verificar a autenticidade e veracidade dos documentos apresentados**, garantindo **conformidade com as exigências do certame**.

i) O(a) pregoeiro(a) poderá **relevar falhas meramente formais** que não comprometam a lisura do processo e o conteúdo essencial da proposta, podendo ainda **promover diligências para esclarecer ou complementar informações**, inclusive **solicitando pareceres técnicos**, conforme o artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

j) A realização desta licitação não implica obrigação de contratação total ou parcial do montante estimado. A autoridade competente poderá revogar o certame total ou parcialmente por **razões de interesse público** ou anulá-lo por ilegalidade, mediante **decisão fundamentada**, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

k) O foro competente para **dirimir eventuais questões não solucionadas administrativamente** será o da **Comarca de São João, PR**, conforme estabelecido na legislação aplicável.

O servidor responsável pela **subscrição deste Edital e seus anexos declara que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Gestor Municipal**.

Município de São João, em 14 de maio de 2026

Anderson Camargo Cardoso
Agente de Contratação

Joni Zanella Ferreira
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente feito tem por escopo a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA** para prestação de serviços de locação, transporte, instalação, higienização, manutenção e retirada de unidade sanitária móvel tipo carreta, com compartimentos masculino e feminino, conforme especificações mínimas descritas neste Termo de Referência, para uso durante as Festividades Municipais, em eventos organizados Pela Secretaria Municipal de Cultura Esportes e Turismo do Município de São João – PR., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Quantidade	Preço unitário	Valor total
01	<p>05 Carretas sanitárias:</p> <ul style="list-style-type: none">Carreta sanitária móvel com dimensões mínimas de 13,5m (comprimento) x 2,44m (largura) x 4,40m (altura);Módulos independentes para uso masculino e feminino;Entrada do módulo feminino pela parte frontal da carreta e do módulo masculino pelo centro;Escadas de acesso seguras, com corrimão e degraus antiderrapantes;Sistema de captação de esgoto independente e/ou possibilidade de conexão à rede pública;Estrutura autossuficiente e em conformidade com normas sanitárias e ambientais. <p>Módulo Feminino – Mínimo exigido:</p> <ul style="list-style-type: none">07 (sete) cabines sanitárias individuais com vaso sanitário e sistema de descarga;03 (três) lavatórios com torneiras funcionais;Espelhos fixos;01 (um) fraldário;Dispensers de papel toalha e sabonete líquido;Sistema de ar-condicionado funcional. <p>Módulo Masculino – Mínimo exigido:</p> <ul style="list-style-type: none">03 (três) cabines sanitárias com vaso sanitário e sistema de descarga;03 (três) mictórios;02 (dois) lavatórios com torneiras funcionais;Espelhos fixos;Dispensers de papel toalha e sabonete líquido;Sistema de ar-condicionado funcional. <p>Serviços Inclusos na Contratação</p> <ul style="list-style-type: none">Transporte de ida e retorno da unidade até o local do evento;Instalação completa e retirada após o término do evento;Higienização antes e durante a realização do evento;Fornecimento contínuo de papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido;Equipe de apoio uniformizada, presente no local, responsável pela manutenção, limpeza e controle de acesso;Sucção, coleta e descarte dos dejetos com apresentação de documentação que comprove o destino final ambientalmente adequado, conforme exigências legais (ex: IAT ou órgão equivalente). <p>Obrigações da Contratada</p>	Global	R\$ 158.631,84	R\$ 158.631,84



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

<ul style="list-style-type: none">• Executar integralmente o serviço com equipe própria, sendo vedada qualquer forma de terceirização total ou parcial;• Manter os equipamentos em perfeito estado de conservação, funcionamento e higiene;• Apresentar, quando solicitado, licenças, autorizações e atestados técnicos que comprovem a regularidade e experiência na prestação do serviço;• Garantir suporte técnico durante o evento, com resposta rápida a eventuais ocorrências. <p>06 unidades de Banheiros químicos adaptados para cadeirantes (com equipe de manutenção) em fibra de vidro, com medidas mínimas de 2,30m de altura interna, 1,60m de comprimento e 1,60m de largura, contendo no mínimo, vaso sanitário com assento e tampa, caixa de dejetos, mictório, suporte para papel higiênico, identificação para masculino e feminino, piso antiderrapante, grades de ventilação de ar, luz interna, teto translúcido para absorção de luz externa, trinco e porta com fechamento automático. Volume da caixa de detritos: 220 litros.</p> <p>-05 unidades de Banheiros químicos VIP (com equipe de manutenção) em fibra de vidro, com medidas mínimas de 2,30m de altura interna 1,20m de comprimento e 1,10m de largura, contendo no mínimo, vaso sanitário com assento e tampa, caixa de dejetos, mictório, suporte para papel higiênico, identificação para masculino e feminino, piso antiderrapante, grades de ventilação de ar, luz interna, teto translúcido para absorção de luz externa, trinco e porta com fechamento automático. Volume da caixa de detritos: 220 litros.</p> <p>-08 unidades de Cabine com chuveiro (com equipe de manutenção) em fibra de vidro, medindo 1,10x2,20x2,30 (altura interna). Contendo chuveiro ducha 110 volts, piso antiderrapante, ralo de escoamento, preparação hidráulica para ligação de entrada e saída, porta com fechadura interna, sinalização verde/vermelho aberto/ocupado.</p> <p>- Todas as despesas com transporte, instalação ou qualquer custo extra são responsabilidade do fornecedor.</p> <p>- As unidades deverão ser limpas diariamente. Deverá haver limpeza diária (concluída até 9h da manhã)</p> <p>- As datas para montagem e retirada dos equipamentos serão disponibilizadas mediante ordem de serviço, com especificações de data, local e horários.</p>			
---	--	--	--

☒ Global. Justificativa: A contratação da carreta sanitária de forma global, e não por item, é necessária porque seus componentes são interdependentes e funcionam como um sistema único. A divisão por item inviabilizaria o uso adequado da estrutura, dificultaria a logística e poderia gerar conflitos de responsabilidade técnica. Além disso, a contratação global garante padronização, eficiência operacional, redução de custos e maior segurança para o público, atendendo aos princípios da economicidade e eficiência da administração pública.

☐ Por Grupo. Justificativa:

☐ Por Item

☐ Sistema de Registro de Preços (SRP)

☒ Licitação Tradicional



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

☐ Com preferência para ME/EPP/Equiparadas (LC 12/2006) para licitações de até R\$ 80.000,00

☒ Sem preferência para ME/EPP/Equiparadas. Justificativa:

☐ Com preferência para ME/EPP local/regional – Decreto Municipal nº 3070/2023

☒ Sem preferência para ME/EPP local/regional - Justificativa: O valor estimado da contratação, de R\$ 158.631,84, supera o limite de R\$ 80.000,00, razão pela qual a aplicação de preferência para empresas locais/regionais deve ser afastada, a fim de evitar restrição indevida à competitividade. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021, o tratamento favorecido às micro e pequenas empresas deve observar os princípios da isonomia, ampla concorrência e seleção da proposta mais vantajosa. Considerando a natureza do objeto, que demanda estrutura operacional e execução integrada dos serviços, a ampliação da disputa em âmbito mais abrangente mostra-se mais adequada ao interesse público.

Dessa forma, opta-se pela não aplicação da preferência local/regional, preservando a competitividade e a economicidade do certame, sem prejuízo dos demais benefícios assegurados às ME/EPP pela legislação vigente.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo promove, ao longo do exercício, diversos eventos de relevante interesse cultural, turístico, esportivo e social, os quais costumam atrair expressiva participação popular. Dentre essas festividades, destaca-se a tradicional Festa da Fogueira de São João, sem prejuízo de outros eventos institucionais realizados ou apoiados pelo Município.

Em razão da natureza e do porte dessas programações, faz-se necessária a adoção de medidas que assegurem adequada infraestrutura de apoio ao público, especialmente no que se refere às condições de higiene, saúde pública, conforto e acessibilidade.

A infraestrutura sanitária permanente disponível nos locais de realização dos eventos, em regra, mostra-se insuficiente para atender à demanda estimada de usuários, o que torna imprescindível a contratação de carretas de banheiros e banheiros químicos. Tal providência visa garantir o atendimento às normas sanitárias vigentes, prevenir riscos à saúde coletiva, preservar os espaços públicos utilizados e assegurar condições dignas aos participantes, trabalhadores e demais envolvidos.

A presente contratação atende ao interesse público, mostrando-se necessária, adequada e proporcional à finalidade pretendida, estando alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, razoabilidade e segurança administrativa, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, manutenção, higienização contínua e retirada de carretas de banheiros e banheiros químicos, destinados ao atendimento do público em eventos promovidos ou apoiados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, incluindo, dentre outros, a Festa da Fogueira de São João, durante todo o período de realização das respectivas programações.

A contratação visa assegurar condições adequadas de higiene, conforto, acessibilidade e segurança sanitária, contribuindo para a organização, regularidade e sucesso dos eventos, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes da Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

3. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

3.1. A vigência e a execução do contrato serão de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada a critério da administração, nos termos da Lei 14.133/21.

3.2. Em caso de prorrogação dos prazos de execução e vigência, os valores poderão sofrer reajuste anual a ser calculado com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contada da data de início/assinatura do contrato.

4. DO VALOR

4.1. O valor estimado é o valor máximo aceitável para efeito de adjudicação, tendo sido obtido com base na média dos preços obtidos em consulta junto ao comércio/banco de preços/internet.

5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, durante todo o período solicitado pela Secretaria contratante, conforme definido em Ordem de Serviço, nos locais indicados no Município de São João, iniciando-se no prazo estabelecido pela Administração a partir da solicitação formal.

5.2. A proponente vencedora deverá fornecer todos os equipamentos de segurança individual necessários ao desenvolvimento dos serviços contratados.

5.3. Os serviços deverão ser prestados, dentro das especificações exigidas neste edital, sendo facultado a Secretaria solicitante promover eventuais diligências para verificação da prestação dos serviços. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e a prestação dos serviços, serão aplicados à CONTRATADA sanções previstas no edital e na legislação vigente.

5.4. Na qualidade de prestadora de serviços a proponente se responsabiliza por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

5.5. Serão suportados pelo CONTRATANTE eventuais custos com materiais necessários para a execução dos serviços.

5.6. Serão suportados pela CONTRATADA eventuais custos com transporte de materiais, mão de obra, alimentação, ferramentas, maquinários, equipamentos, montagem, desmontagem, leis sociais e instalações, para a execução dos serviços.

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1. Conforme dispõe o artigo 117 da Lei nº 14.133/21:

Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações

6.2. O FISCAL E O GESTOR DO CONTRATO SERÃO INDICADOS PELA CONTRATANTE, DENTRE SEUS TÉCNICOS E/OU SERVIDORES, CAPACITADOS PARA EXERCEREM ESSAS FUNÇÕES.

6.3. Caberá a **GESTÃO DO CONTRATO** o(a) senhor(a) **Grazieli Sbisigo**, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

- a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometidas pela CONTRATADA;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

6.4. Caberá a(ao) **FISCAL DO CONTRATO**, o(a) senhor(a) **Renato Mocelin**, e ao **FISCAL SUBSTITUTO**, o(a) senhor(a) **Marcos Francisco Zanella**, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual.

6.5. Além disso a fiscalização, a contar da formalização deste Contrato, baseada no registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente no art. 137 da Lei 14.133/21 que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

6.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

6.7. Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao Gestor da Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

6.8. Com base no art. 136 da Lei nº 14.133/21 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

7. DA HABILITAÇÃO ESPECÍFICA

7.1. Serão exigidos somente das proponentes classificadas os seguintes documentos:

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1.2. Registro comercial, para empresa individual;

7.1.1.3. Ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento;

7.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.1.1.5. Alvará em vigência.

7.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**) em plena validade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

7.1.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abrange inclusive a regularidade relativa à **Seguridade Social (INSS)**;

7.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Certificado de Regularidade do **FGTS (CRF)** ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data da sessão.

7.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**).

7.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.3.1. Certidão negativa de falências ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica em até 90 (noventa) dias antes da data prevista para apresentação.

7.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.4.1. Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter fornecido para pessoa jurídica de direito público ou privado, produtos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante apresentação de no mínimo 01 (um) atestado.

7.1.5. DECLARAÇÕES

7.1.5.1. Declaração Unificada (no caso de ME/EPP, deverá estar assinada pelo proprietário e pelo Contador responsável).

7.1.6. OUTROS

7.1.6.1. Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optarem pelos benefícios da Lei Complementar nº 147/2014, apresentar:

7.1.6.1.1. Certidão Simplificada (emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado), de que está enquadrada como Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte; expedida em data não anterior a 12 (doze) meses da data prevista para apresentação dos envelopes.

8. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

8.1. Será elaborado o Estudo Técnico Preliminar (ETP), bem como a Análise de Riscos, em observância às diretrizes do Decreto Municipal nº 3.118/2023 e à Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tais documentos integrar o processo de contratação e acompanhar o DFD, com as aprovações pertinentes.

São João/PR, 31 de março de 2026.

Grazieli Sbisigo

Secretária de Cultura, Esportes e Turismo

Portaria 7.252/2026

ANEXO II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e, se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os atestados de capacidade técnica e os documentos que, pela própria natureza, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz.

Será aceita a apresentação de registros de CNPJ distintos (matriz e filial) para CND e CRF/FGTS, desde que comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

1. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

O licitante convocado deverá encaminhar os documentos de habilitação exclusivamente por meio eletrônico, pelo sistema do pregão, conforme as regras estabelecidas no edital.

2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, para empresa individual;
- b) Ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião do credenciamento;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Alvará em vigência.

2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em plena validade;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abrange inclusive a regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data da sessão;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falências ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica em até 90 (noventa) dias antes da data prevista para apresentação.

2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter fornecido para pessoa jurídica de direito público ou privado, produtos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante apresentação de no mínimo 01 (um) atestado.

2.5. DECLARAÇÕES

a) Declaração Unificada;

b) No caso de ME/EPP, a Declaração Unificada deverá estar assinada pelo proprietário e pelo contador responsável.

2.6. OUTROS

a) Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que optarem pelos benefícios da Lei Complementar nº 147/2014, apresentar Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado, comprovando o enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, expedida em data não anterior a 12 (doze) meses da data prevista para apresentação dos envelopes.

3. REGRAS GERAIS

a) Todos os documentos devem identificar o licitante, com razão social e CNPJ;

b) Os documentos deverão estar válidos na data de apresentação, ressalvadas as hipóteses legais de regularização;

c) A exigência de habilitação observará estritamente o disposto no edital e no Termo de Referência, não sendo exigidos documentos estranhos ao objeto da contratação;

d) A documentação será analisada conforme as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e das regras estabelecidas no instrumento convocatório.

ANEXO III - MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/XXXX
DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor: _____
 CNPJ/CPF: _____
 Inscrição Municipal: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____
 Estado: _____
 Telefone: _____ Fax: _____
 E-mail: _____
 Banco: _____
 Agência: _____
 Conta Corrente: _____

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente proposta tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação, transporte, instalação, higienização, manutenção e retirada de unidade sanitária móvel tipo carreta, com estruturas complementares, para atendimento da 22ª Festa da Fogueira de 2026 e 6ª Expo São João, no Município de São João/PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E VALORES

Item	Descrição do Objeto	Exigências Complementares	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
1	Prestação de serviços de locação, transporte, instalação, higienização, manutenção e retirada de unidade sanitária móvel tipo carreta, com estruturas complementares	Execução conforme Termo de Referência, contemplando, no mínimo: 05 carretas sanitárias; 06 banheiros químicos adaptados para cadeirantes; 05 banheiros químicos VIP; 08 cabines com chuveiro; transporte de ida e retorno; instalação completa; higienização antes e durante o evento; fornecimento contínuo de papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido; equipe de apoio para manutenção, limpeza e controle de acesso; sucção, coleta e descarte dos dejetos com comprovação de destinação final ambientalmente adequada; e demais obrigações previstas no TR.	Global	1	_____

Observação: **O valor acima corresponde ao preço global da contratação, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, conforme edital e Termo de Referência.**

3. VALIDADE DA PROPOSTA

A validade desta proposta é de ____ (____) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

4. RESPONSABILIDADE SOBRE A QUALIDADE E INTEGRIDADE DOS PRODUTOS

A empresa proponente/vencedora será responsável pela adequada execução dos serviços durante todo o período solicitado pela Administração, observando integralmente o Edital, o Termo de Referência, as ordens de serviço e as orientações da fiscalização e da gestão do contrato.

4.1. Em caso de inexecução, execução inadequada, desconformidade dos serviços ou descumprimento das obrigações contratuais, caberá à Contratada promover a imediata regularização, inclusive substituição de equipamentos, reforço de equipe, manutenção corretiva, higienização complementar e adoção das demais medidas necessárias ao fiel cumprimento do objeto, nos termos do Edital, do contrato e da legislação vigente.

5. DECLARAÇÕES DO LICITANTE

5.1. O licitante declara expressamente que sua proposta atende integralmente às exigências técnicas estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência), inclusive quanto às quantidades, especificações mínimas, condições de instalação, higienização, manutenção, transporte, montagem, desmontagem e destinação final dos resíduos.

5.2. O licitante declara, sob as penas da lei, que sua proposta inclui todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive despesas com pessoal, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, administrativos, transporte, alimentação, ferramentas, maquinários, equipamentos, montagem, desmontagem, licenças, autorizações e demais custos incidentes, nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. O licitante declara ciência de que os serviços serão executados conforme necessidade da Secretaria contratante, mediante ordem de serviço, nos locais e datas indicados pela Administração, devendo manter estrutura compatível e regularidade durante toda a execução contratual.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

Representante Legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO IV- MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, neste ato representada por **[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]**, portador(a) da **Carteira de Identidade** nº _____ e **CPF** nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

OUTORGADO:

_____, portador(a) da **Carteira de Identidade** nº _____ e **CPF** nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

PODERES:

Por este instrumento, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADO** os mais amplos e gerais poderes para, em seu nome, representá-lo no **Pregão Eletrônico nº /**, podendo, para tanto:

- Protocolar e receber documentos;
- Assinar declarações, propostas, contratos de fornecimento e demais documentos exigidos no certame;
- Prestar esclarecimentos e responder a diligências solicitadas pelo pregoeiro(a) ou pela equipe de apoio;
- Apresentar recursos administrativos e contrarrazões, assinando todos os documentos pertinentes;
- Efetuar e efetivar lances durante a fase competitiva do pregão eletrônico;
- Participar das fases de negociação e julgamento de propostas, conforme os critérios estabelecidos no edital;
- Acompanhar o procedimento licitatório até sua finalização, assinando os documentos necessários à formalização do ajuste;
- Praticar todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, nos termos do edital e da legislação aplicável.

A presente procuração é concedida em caráter **(revogável ou irrevogável, conforme aplicável)** e vigorará até a conclusão do certame ou até que seja formalmente revogada pelo Outorgante. O Outorgado se compromete a atuar dentro dos limites da legislação vigente, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como a observar as disposições do **edital do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, respondendo integralmente por seus atos perante a Administração Pública e eventuais terceiros interessados.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

OUTORGANTE

Nome: _____

Cargo/Função: _____

ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO

(Este documento deve ser impresso em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone e assinatura do representante legal.)

À

Prefeitura Municipal de São João

Av. XV de Novembro, 160 – Centro

CEP 85.570-000 – São João – PR

Senhor(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a)/Comissão de Contratação,

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ nº **[NÚMERO]**, com sede em **[ENDEREÇO COMPLETO]**, por meio de seu representante legal infra-assinado, **DECLARA**, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

☐ **(Marcar se aplicável)** Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, enquadra-se como **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Cooperativa equiparada**, não havendo fatos supervenientes que alterem essa condição.

1. CONFORMIDADE LEGAL E HABILITAÇÃO

1.1. Está ciente e concorda com todas as condições do edital/aviso de contratação e seus anexos, bem como com a legislação aplicável, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**.

1.2. Atende às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, conforme exigido no instrumento convocatório.

1.3. Não possui impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, comprometendo-se a comunicar eventual fato superveniente impeditivo.

2. REGULARIDADE TRABALHISTA E PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

2.1. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

2.2. Cumpre a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho aplicável, assumindo responsabilidade por encargos decorrentes da execução contratual.

3. AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS E MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES

3.1. Declara a autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações apresentados no processo.

3.2. Compromete-se a manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

3.3. Declara que não foi declarada inidônea e que não se encontra suspensa ou impedida de licitar/contratar, ressalvadas as hipóteses legalmente informadas e comprovadas.

4. PROPOSTA E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

4.1. A proposta apresentada contempla todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto, inclusive tributos, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais despesas incidentes.

4.2. Declara que o objeto ofertado atende integralmente às especificações técnicas, quantitativos e condições de execução/fornecimento previstas no Termo de Referência, Projeto Básico ou documento equivalente.

4.3. Compromete-se a substituir/corrigir, às suas expensas, quaisquer itens/serviços em desconformidade com o instrumento convocatório e com a proposta apresentada, nos prazos fixados pela Administração.

5. RESERVA DE CARGOS E ACESSIBILIDADE (QUANDO APLICÁVEL)

5.1. Declara cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, especialmente quanto à contratação de pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicável.

5.2. Declara observar as normas relativas à acessibilidade e demais obrigações legais correlatas, quando exigíveis em razão do objeto.

6. RELAÇÕES COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6.1. Em atendimento às orientações dos órgãos de controle, declara que seus sócios, dirigentes, administradores e representantes legais:

- não possuem impedimento legal para contratar com o Município de São João/PR;
- não participam do presente certame em situação que caracterize conflito de interesses;
- não mantêm vínculo que configure vedação legal com agentes públicos diretamente envolvidos no processo, nos termos da legislação aplicável.

6.2. Declara ciência de que a constatação de declaração falsa sujeitará a empresa às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

7. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

7.1. Declara que observa a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, em especial a **Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD)**, comprometendo-se a adotar as medidas necessárias ao tratamento adequado dos dados eventualmente envolvidos na execução contratual.

8. DADOS PARA ASSINATURA DA ATA/CONTRATO

8.1. Para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente, indica o(a) seguinte representante legal:

- **Nome:** [NOME DO RESPONSÁVEL]
- **RG nº:** [NÚMERO]
- **CPF nº:** [NÚMERO]
- **Cargo/Função:** [SÓCIO-ADMINISTRADOR/PROCURADOR/DIRETOR]

8.2. Declara que o representante acima possui poderes para assinar e assumir obrigações em nome da empresa, anexando, quando necessário, os documentos comprobatórios de representação.

9. DADOS PARA CONTATO E COMUNICAÇÕES

9.1. Para fins de comunicações oficiais relativas ao processo licitatório/contratação, indica:

- **E-mail:** [ENDEREÇO ELETRÔNICO]
- **Telefone:** ([DDD]) [NÚMERO]

9.2. Compromete-se a manter os dados atualizados e a comunicar formalmente à Administração qualquer alteração.

10. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO (QUANDO APLICÁVEL)

10.1. Indica como responsável pelo acompanhamento da execução contratual, quando exigido pela natureza do objeto:

- **Nome:** [NOME DO RESPONSÁVEL]
- **CPF nº:** [NÚMERO]
- **Cargo/Função:** [FUNÇÃO]
- **Telefone/E-mail:** [CONTATO]

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

[CIDADE], ____ de _____ de 20____.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

[CARGO/FUNÇÃO]

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

CNPJ nº [NÚMERO]

ANEXO VI - LOCAIS DE ENTREGA

ÓRGÃO/ENTIDADE/DEPARTAMENTO/SECRETARIA

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Unidade Atendida:

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo – Estrutura de apoio à realização da 22ª Festa da Fogueira de 2026 e 6ª Expo São João.

Local de Execução dos Serviços:

Parque de Eventos / local designado para realização da 22ª Festa da Fogueira de 2026 e 6ª Expo São João, no Município de São João/PR, ou outro espaço indicado pela Administração, mediante ordem de serviço.

Endereço: Local do evento – Município de São João/PR.

Responsável pelo Acompanhamento/Recebimento:

Grazieli Sbisigo – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Telefone: (46) 9 9108-0290

E-mail: cultura@saojoao.pr.gov.br.

Horário de Funcionamento / Execução (conforme TR):

Os serviços serão executados conforme necessidade da Secretaria contratante, mediante ordem de serviço, com especificação de datas, local e horários para montagem, disponibilização, manutenção e retirada dos equipamentos.

Observações Adicionais:

Os serviços compreendem a locação, transporte, instalação, higienização, manutenção e retirada de unidade sanitária móvel tipo carreta, bem como das estruturas complementares previstas no Termo de Referência, incluindo banheiros químicos adaptados para cadeirantes, banheiros químicos VIP e cabines com chuveiro, com fornecimento de equipe de apoio, materiais de higiene, manutenção contínua e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, conforme exigências do Termo de Referência.

OBSERVAÇÕES:

1. A execução dos serviços deverá ocorrer nos locais, datas e horários indicados pela Administração, mediante ordem de serviço, observando integralmente as condições previstas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.
2. O responsável pelo acompanhamento/recebimento deverá verificar a conformidade da execução com as condições contratuais, registrando eventuais irregularidades e providenciando as comunicações necessárias.
3. A contratada deverá realizar a montagem, instalação, manutenção, higienização e retirada dos equipamentos conforme cronograma e orientações da Secretaria demandante, garantindo pleno funcionamento durante todo o período solicitado.
4. Todas as despesas com transporte, instalação, operação, manutenção, higienização, equipe de apoio, sucção, coleta e descarte dos resíduos serão de responsabilidade da contratada, nos termos do Termo de Referência.
5. A contratada deverá manter suporte técnico e operacional durante a execução, com pronta resposta a eventuais ocorrências, falhas ou necessidade de reposição de materiais.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Processo Licitatório nº. _____

Data da Assinatura: _____

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO**, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 160, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.422/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Joni Zanella Ferreira**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, neste ato representada por **[nome do representante legal, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone]**, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, resultante do **Pregão Eletrônico nº 90.035/2026**, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação, transporte, instalação, higienização, manutenção e retirada de unidade sanitária móvel tipo carreta, com estruturas complementares, para atendimento da 22ª Festa da Fogueira de 2026 e 6ª Expo São João, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de São João/PR, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e demais anexos.

1.2. A execução do objeto contratado abrangerá, no mínimo:

- a)** a disponibilização de 05 (cinco) carretas sanitárias móveis, com compartimentos masculino e feminino, conforme especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência;
- b)** a disponibilização de 06 (seis) banheiros químicos adaptados para cadeirantes, 05 (cinco) banheiros químicos VIP e 08 (oito) cabines com chuveiro, conforme quantitativos e exigências previstas no Termo de Referência;
- c)** a prestação dos serviços de transporte, instalação, montagem, higienização, manutenção e retirada de todos os equipamentos e estruturas locadas;
- d)** o fornecimento contínuo de papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido e demais insumos necessários ao adequado funcionamento das estruturas;
- e)** a disponibilização de equipe de apoio, responsável pela manutenção, limpeza e controle de acesso durante o período de execução dos serviços;
- f)** a execução dos serviços de sucção, coleta, transporte e descarte dos dejetos, com comprovação de destinação final ambientalmente adequada, nos termos da legislação aplicável;
- g)** as demais atividades correlatas indispensáveis à plena e adequada execução do objeto contratado, nos termos do Termo de Referência, do Edital e da proposta vencedora.

1.3. O objeto compreende, em item único, a prestação dos serviços acima descritos, sob regime de execução por preço global, conforme quantitativos, condições operacionais e exigências definidas no Termo de Referência.

1.4. A execução dos serviços será realizada conforme necessidade da Administração, mediante ordem de serviço/ordem de início emitida pela contratante, com indicação das datas, horários e local de montagem, funcionamento e retirada das estruturas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1. A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste contrato pelo valor total de R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO]), conforme os valores unitários e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.

Item	Descrição do Objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Prestação de serviços de locação, transporte, instalação, higienização, manutenção e retirada de unidade sanitária móvel tipo carreta, com estruturas complementares, conforme especificações do Termo de Referência	Global	1		

2.2. O valor acima estipulado abrange todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto contratado, incluindo, mas não se limitando a:

- a)** tributos, impostos, taxas e contribuições incidentes sobre a prestação dos serviços;
- b)** encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fundiários;
- c)** despesas administrativas, operacionais e comerciais;
- d)** custos de mobilização, transporte, logística, montagem, instalação, operação e retirada das estruturas;
- e)** materiais, insumos, equipamentos, equipe de apoio, ferramentas e demais recursos necessários à execução dos serviços, conforme o Termo de Referência;
- f)** higienização, manutenção, reposição de materiais de consumo e demais providências necessárias ao pleno funcionamento das unidades sanitárias durante todo o período contratado;
- g)** custos com sucção, coleta, transporte e descarte dos dejetos, inclusive comprovação da destinação final ambientalmente adequada;

h) substituição de equipamentos, reforço de equipe, manutenção corretiva e demais custos indispensáveis ao cumprimento integral do objeto contratado;

i) custos relacionados à regularidade documental, licenças, autorizações e demais exigências previstas no Edital, Termo de Referência e legislação aplicável.

2.3. O preço contratado remunera integralmente a execução dos serviços objeto deste contrato, observadas as exigências do Termo de Referência, do Edital e da proposta vencedora, não cabendo quaisquer acréscimos por alegação de desconhecimento das condições locais, operacionais ou das obrigações necessárias ao perfeito cumprimento do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada a critério da Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. A execução dos serviços ocorrerá conforme necessidade da Administração, mediante emissão de **Ordem de Serviço/Ordem de Início**, com indicação das datas, horários e local para montagem, disponibilização, manutenção e retirada das estruturas, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

3.2.1. As datas para montagem e retirada dos equipamentos serão disponibilizadas pela contratante por meio de ordem de serviço, com especificação de data, local e horários.

3.2.2. Em caso de prorrogação dos prazos de execução e vigência, os valores poderão sofrer **reajuste anual**, calculado com base na variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE**, contada da data de início/assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A prestação dos serviços deverá ocorrer conforme as necessidades do MUNICÍPIO, observando as datas, locais, horários e condições operacionais estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e neste contrato, mediante emissão de Ordem de Serviço/Ordem de Início pela Administração.

4.2. A CONTRATADA se compromete a executar os serviços dentro das condições estabelecidas, garantindo que:

a) os serviços sejam prestados em estrita conformidade com o Termo de Referência, com o Edital, com a proposta apresentada e com as orientações da Administração/Fiscalização;

b) sejam disponibilizadas as estruturas e equipamentos previstos na contratação, compreendendo, no mínimo, 05 (cinco) carretas sanitárias, 06 (seis) banheiros químicos adaptados para cadeirantes, 05 (cinco) banheiros químicos VIP e 08 (oito) cabines com chuveiro, em perfeitas condições de uso, funcionamento, conservação e higiene;

c) sejam executados os serviços de transporte, montagem, instalação, higienização, manutenção, operação e retirada de todas as estruturas locadas;

d) seja mantido o pleno funcionamento das unidades sanitárias durante todo o período de execução, com fornecimento contínuo de papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido e demais insumos necessários;

e) seja disponibilizada equipe de apoio suficiente e devidamente identificada, responsável pela limpeza, manutenção e controle de acesso, durante o período de utilização das estruturas;

f) sejam realizados os serviços de sucção, coleta, transporte e descarte dos dejetos, com observância da legislação aplicável e comprovação da destinação final ambientalmente adequada;

g) sejam substituídos, corrigidos ou regularizados, imediatamente e sem ônus adicional para a Administração, quaisquer equipamentos, estruturas, materiais ou serviços que apresentem falhas, defeitos, inadequações ou desconformidade com as exigências contratuais;

h) sejam observadas todas as exigências de segurança, higiene, acessibilidade e regularidade técnica necessárias à adequada execução do objeto.

4.3. A execução dos serviços compreenderá, em item único global, a locação, transporte, instalação, higienização, manutenção e retirada de unidade sanitária móvel tipo carreta, com estruturas complementares, conforme quantitativos, especificações e demais requisitos constantes do Termo de Referência.

4.4. O início da execução ocorrerá após a emissão da Ordem de Serviço/Ordem de Início pela Administração, depois da formalização contratual e das demais providências administrativas necessárias.

4.5. As datas para montagem, disponibilização, funcionamento e retirada das estruturas serão informadas pela Administração por meio de Ordem de Serviço, com indicação do local, dos horários e demais orientações necessárias à execução.

4.6. A execução dos serviços somente será considerada regularmente realizada após verificação e ateste pela fiscalização contratual, que poderá determinar correções, adequações, complementações, reforço de equipe, reposição de materiais, substituição de equipamentos ou outras providências necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES

5.1. São direitos das partes:

a) da **CONTRATANTE**: receber a execução do objeto contratado em conformidade com o Edital, o Termo de Referência, este contrato e demais anexos, podendo fiscalizar, acompanhar, atestar e exigir correções, complementações, substituições e adequações quando necessárias;

b) da **CONTRATADA**: receber o pagamento do valor contratado, na forma e nos prazos estabelecidos, desde que executado o objeto e cumpridas integralmente as obrigações contratuais, com o devido ateste da Administração.

5.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- a)** efetuar o pagamento ajustado nos prazos e condições estabelecidos;
- b)** disponibilizar à CONTRATADA as informações, orientações e condições necessárias para a regular execução do contrato;
- c)** acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de gestor e fiscais formalmente designados;
- d)** comunicar à CONTRATADA as ocorrências verificadas na execução, para fins de regularização, correção ou adequação;
- e)** emitir a ordem de início dos serviços e demais atos administrativos necessários à execução contratual;
- f)** indicar à contratada os locais, datas e horários para montagem, disponibilização, funcionamento e retirada das estruturas, conforme necessidade administrativa.

5.3. São obrigações da CONTRATADA:

- a)** executar os serviços em estrita conformidade com este contrato, com o Termo de Referência, com o Edital, com a proposta apresentada e com as orientações da Administração;
- b)** disponibilizar e manter, durante todo o período de execução, as estruturas contratadas em quantidade suficiente e em perfeitas condições de funcionamento, conservação, higiene e segurança;
- c)** realizar o transporte, montagem, instalação, higienização, manutenção, operação e retirada de todas as estruturas previstas na contratação;
- d)** garantir a continuidade, regularidade e pleno funcionamento das unidades sanitárias durante todo o período contratado, sem interrupções injustificadas;
- e)** fornecer continuamente papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido e demais insumos necessários ao adequado uso das estruturas;
- f)** disponibilizar equipe de apoio suficiente e devidamente identificada, responsável pela manutenção, limpeza e controle de acesso, durante a execução dos serviços;
- g)** substituir, corrigir ou regularizar, imediatamente e sem ônus adicional para a Administração, quaisquer estruturas, equipamentos, materiais ou serviços que apresentem defeitos, falhas, inadequações ou desconformidade com as exigências contratuais;
- h)** responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e civis decorrentes da execução;

- i) responder por danos causados à Administração, aos usuários ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual;
- j) manter à disposição da fiscalização, e apresentar quando solicitado, documentos e registros necessários à verificação da execução e da regularidade dos serviços;
- k) atender prontamente às solicitações da Administração relativas ao cumprimento do contrato;
- l) comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato que impeça, dificulte ou comprometa a execução das obrigações assumidas;
- m) manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- n) não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar a execução do objeto sem autorização expressa da CONTRATANTE;
- o) cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental, sanitária, civil e demais normas aplicáveis à atividade e à execução do objeto;
- p) não permitir a utilização de mão de obra em desconformidade com a legislação vigente, inclusive quanto à vedação constitucional ao trabalho infantil irregular;
- q) assumir integralmente todos os custos necessários ao cumprimento do contrato, inclusive aqueles relativos a pessoal, encargos, tributos, materiais, insumos, equipamentos, transporte, montagem, desmontagem, manutenção, higienização, sucção, coleta, transporte e destinação final dos resíduos, além das demais despesas diretas e indiretas;
- r) realizar a sucção, coleta, transporte e descarte dos dejetos, com observância da legislação aplicável e comprovação da destinação final ambientalmente adequada;
- s) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a regularidade da execução contratual e a manutenção das condições exigidas;
- t) atuar com ética, responsabilidade e zelo na execução dos serviços, observando as normas de segurança, higiene, acessibilidade e as orientações da fiscalização e da gestão do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a execução dos serviços e o respectivo ateste pela fiscalização/gestor do contrato, mediante apresentação da **Nota Fiscal**, contendo de forma clara e detalhada a discriminação dos serviços efetivamente executados no período de referência, acompanhada dos demais documentos exigidos para liquidação da despesa.

6.1.1. As **Notas Fiscais** devem ser encaminhadas para o e-mail ctbsaojoao@gmail.com ou contabilidade@saojoao.pr.gov.br.

6.1.2. As **notas fiscais** deverão ser encaminhadas ao **setor competente imediatamente após sua emissão**, preferencialmente **no mesmo dia**, a fim de não comprometer o fluxo regular de

conferência, liquidação e pagamento das despesas, observados os prazos e procedimentos estabelecidos pela Administração.

6.2. A Nota Fiscal Fatura ou Nota Fiscal deverá ser acompanhada das Certidões Negativas de Débitos do INSS e FGTS, devidamente atualizadas.

6.3. O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO efetuará os descontos relativos aos tributos incidentes, conforme a legislação vigente.

6.3.1. De acordo com o Decreto Municipal nº 3.096/2023 e a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, será realizada a retenção na fonte do Imposto de Renda (IR) sobre os pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços.

6.4. A Nota Fiscal deverá conter obrigatoriamente:

- O número da licitação correspondente;
- O número do contrato e, se aplicável, do termo aditivo;
- A informação sobre a opção pelo Simples Nacional, caso a empresa seja optante desse regime tributário.

6.5. As Notas Fiscais deverão ser entregues até o dia 25 de cada mês. Caso sejam apresentadas após essa data, deverão ser encaminhadas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente.

6.6. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato ocorrerão com recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual vigente.

- Órgão e Unidade: 04.002
- Funcional Programática: 13.392.1303.2009
- Elemento da Despesa: 3.3.90.39.00.00
- Fonte: 000

CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIO DE RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS

7.1. A CONTRATANTE poderá promover a revisão do contrato para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando caracterizado fato superveniente que gere desequilíbrio relevante, desde que a CONTRATADA apresente solicitação formal, devidamente motivada e instruída com documentação comprobatória, incluindo, quando cabível, memória de cálculo, planilhas, notas fiscais, contratos/compromissos de fornecimento, índices, convenções/atos aplicáveis e demais elementos que demonstrem a efetiva repercussão nos custos do contrato.

7.2. O pedido será analisado pela Administração conforme as regras do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.035/2026, do Termo de Referência e da legislação aplicável, sendo admitido apenas quando comprovada, de forma objetiva, a ocorrência de evento que altere as condições originalmente pactuadas, com demonstração do nexo causal e da impossibilidade de absorção do impacto pela Contratada, preservando-se as condições efetivas da proposta e do contrato.

7.3. A recomposição, quando cabível, observará os limites estritamente necessários à eliminação do desequilíbrio verificado, podendo ser formalizada por termo aditivo ou, quando aplicável, por apostilamento, conforme a natureza do ajuste e o instrumento jurídico adequado.

7.4. Não ensejam recomposição, por si sós, variações ordinárias de mercado previsíveis, falhas de planejamento, majorações decorrentes de gestão interna da Contratada, ou custos que não guardem relação direta com o objeto contratado ou que já estejam contemplados na proposta apresentada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da CONTRATANTE especialmente designados, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração promover o acompanhamento, controle e verificação do fiel cumprimento das obrigações contratuais. A gestão e a fiscalização contratual deverão ser formalmente designadas pela autoridade competente, mediante portaria ou ato equivalente.

8.2. A CONTRATANTE nomeia como **Gestora do Contrato** a Sra. **Grazieli Sbisigo**, a quem competirá coordenar a execução contratual, receber informações da fiscalização, promover os encaminhamentos administrativos cabíveis, controlar a vigência contratual e propor medidas para o fiel cumprimento do ajuste.

8.3. O acompanhamento da execução será realizado pelos seguintes fiscais designados pela CONTRATANTE:

- **Fiscal Administrativo: Renato Mocelin;**
- **Fiscal Substituto: Marcos Francisco Zanella.**

8.4. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução do objeto, registrar ocorrências, verificar a conformidade dos serviços prestados, atestar a execução quando regular e comunicar ao gestor eventuais falhas ou irregularidades.

8.5. A fiscalização acompanhará a execução contratual, podendo determinar as providências necessárias para correção de falhas, adequação dos serviços, regularização de inconformidades e fiel cumprimento do contrato, devendo reportar ao gestor as situações que demandem providências administrativas adicionais.

8.6. Caso seja necessária a substituição do gestor ou dos fiscais inicialmente designados, a CONTRATANTE promoverá a formalização por meio de portaria, ato equivalente ou apostilamento administrativo, com juntada aos autos do processo e ciência da CONTRATADA pelos meios oficiais adotados pela Administração.

8.7. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com o Termo de Referência, com o edital e com as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.8. Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão do contrato por determinação da Administração, o cronograma de execução poderá ser ajustado ou prorrogado pelo tempo correspondente, na forma da legislação aplicável.

8.9. A CONTRATADA será responsável por:

- a) corrigir, regularizar, substituir profissional, complementar ou refazer, às suas expensas, qualquer parcela da execução que apresente falhas, vícios, defeitos ou irregularidades;
- b) responder por danos causados à Administração, à comunidade escolar ou a terceiros, decorrentes da execução contratual, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
- c) assumir integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais ônus decorrentes da execução do contrato, sem transferência de responsabilidade à Administração.

8.10. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se comunicações eletrônicas por e-mail institucional, sistema eletrônico ou outro meio oficial adotado pela Administração.

8.11. Antes da realização de cada pagamento, a CONTRATANTE poderá verificar a regularidade da CONTRATADA nos sistemas e bases oficiais aplicáveis, bem como exigir os documentos necessários à regular liquidação da despesa, conforme previsto no edital, no contrato e na legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

CLÁUSULA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

9.1. A **CONTRATADA** deverá observar e garantir que seus fornecedores e eventuais subcontratados, quando permitido, mantenham os mais altos padrões de **ética, transparência e integridade** durante todo o processo de contratação e execução do objeto contratual. Para os fins desta cláusula, consideram-se as seguintes práticas ilícitas:

- a) **Prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida com o objetivo de influenciar a ação de agente público durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) **Prática fraudulenta:** falsificação, omissão ou manipulação de informações com o propósito de influenciar a licitação ou a execução do contrato;
- c) **Prática colusiva:** acordo entre dois ou mais licitantes para manipular preços ou condições contratuais de forma artificial, reduzindo a competitividade do certame;
- d) **Prática coercitiva:** causar ou ameaçar causar dano físico, moral ou patrimonial a indivíduos ou empresas, com o objetivo de influenciar sua participação na licitação ou afetar a execução do contrato;
- e) **Prática obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas, prestar declarações falsas ou impedir investigações sobre possíveis irregularidades no processo licitatório ou na execução do contrato.

9.2. Em caso de financiamento, total ou parcial, por organismo financeiro nacional ou internacional, a **CONTRATADA** estará sujeita às sanções previstas por essas entidades, podendo ser declarada **inelegível para futuras contratações** caso fique comprovado seu envolvimento em práticas ilícitas.

9.3. Caso o contrato venha a ser financiado, parcial ou integralmente, por um organismo financeiro, a **CONTRATADA** concorda, como condição para a contratação, em permitir inspeções nos locais de execução do contrato, bem como auditorias em seus documentos, contas e registros, sempre que solicitado pela entidade financiadora ou seus representantes devidamente formalizados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas na legislação vigente, incluindo: **advertência, multas, suspensão temporária, rescisão contratual e outras sanções legais**, conforme **Lei nº 14.133/2021**.

10.2. As penalidades aplicáveis incluem:

I- **Advertência escrita:** aplicada em casos de descumprimento leve, sem dolo ou prejuízo significativo para a Administração.

II- **Advertência com prazo para correção:** aplicada quando houver omissões ou falhas médias ou graves que possam ser corrigidas, devendo a **CONTRATADA** sanar as irregularidades em até **60 (sessenta) dias**.

III- Multas:

a) **Multa diária moratória:** 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor mensal ou total do contrato por atraso no cumprimento das obrigações ou não atendimento da advertência dentro do prazo estabelecido.

b) **Multa por inexecução parcial ou atraso injustificado:** 1% (um por cento) do valor mensal ou total do contrato, aplicada até o limite máximo de **30 (trinta) dias de multa**.

c) **Multa punitiva por descumprimento médio:** 1% (um por cento) do valor mensal ou total do contrato.

d) **Multa punitiva por descumprimento grave:** 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do contrato.

e) **Multa punitiva por rescisão contratual motivada pela inexecução injustificada do contrato:** 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do contrato.

f) **Multa punitiva por improbidade administrativa cometida em conjunto com agente público:** 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do contrato.

IV- **Suspensão temporária da prestação de serviços ou fornecimento de bens:** aplicada em casos que causem danos financeiros ou patrimoniais à Administração ou violem normas regulatórias.

V- **Rescisão contratual:** aplicada em casos graves ou por interesse público, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas neste contrato.

10.3. As penalidades serão aplicadas observando-se os princípios do **contraditório e da ampla defesa**, conforme disposto na **Lei nº 14.133/2021**.

10.4. Caso seja aplicada multa, a **CONTRATANTE** poderá reter os valores correspondentes dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até o limite das penalidades aplicadas.

10.5. Se não houver créditos suficientes para cobrir as penalidades, a **CONTRATADA** será notificada para efetuar o pagamento do valor devido **em até 5 (cinco) dias úteis**.

10.6. Caso a **CONTRATADA** não realize o pagamento dentro do prazo estipulado, a cobrança será feita por meio judicial.

10.7. A aplicação das penalidades seguirá o seguinte procedimento:

a) **Manifestação do fiscal do contrato**, com documentação comprobatória das infrações;

b) **Análise e manifestação do gestor do contrato** sobre as irregularidades constatadas;

c) **Notificação da CONTRATADA** para apresentação de defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**;

d) **Parecer da Procuradoria-Geral do Município** sobre o caso;

e) **Decisão final do Prefeito Municipal** sobre a penalidade a ser aplicada;

f) **Notificação da CONTRATADA** sobre o resultado do processo e imposição das penalidades, quando cabível.

10.8. Nos casos previstos no **artigo 139 da Lei nº 14.133/2021**, sanções poderão ser aplicadas **imediatamente**, independentemente da defesa prévia da **CONTRATADA**, **em situações urgentes**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

a) Descumprimento das cláusulas contratuais, execução irregular, inexecução total ou parcial sem justa causa ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

b) Rescisão por acordo entre as partes, desde que não cause prejuízo à **CONTRATANTE** e haja conveniência administrativa;

c) Ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos **artigos 138 e 155 da Lei nº 14.133/2021**, que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.

11.2. Caso a rescisão ocorra por culpa da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá reter créditos até o limite dos prejuízos apurados.

11.3. Caso não haja créditos suficientes para cobrir os prejuízos, a **CONTRATADA** será notificada para realizar o pagamento em até **5 (cinco) dias úteis**. Se não for efetuado o pagamento, a **CONTRATANTE** poderá cobrar judicialmente o valor devido.

11.4. A **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateralmente o contrato em caso de **cisão, fusão ou incorporação** da **CONTRATADA** que comprometa a execução do objeto contratado.

11.5. A rescisão poderá ocorrer nos seguintes casos, entre outros:

- a) Não fornecimento dos bens ou serviços contratados;
 - b) Inexecução do objeto do contrato sem justa causa e/ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
 - c) Descumprimento de determinações do fiscal ou gestor do contrato.
- 11.6.** O procedimento para rescisão seguirá a seguinte ordem:
- a) Manifestação do fiscal do contrato, com documentação comprobatória;
 - b) Manifestação do gestor do contrato ou da unidade requisitante;
 - c) Notificação da **CONTRATADA**, concedendo prazo de **15 (quinze) dias úteis** para defesa;
 - d) Parecer da **Procuradoria-Geral do Município**;
 - e) Decisão final da **CONTRATANTE**;
 - f) Notificação da **CONTRATADA** sobre o resultado do processo.

11.7. Nos casos previstos no **artigo 139 da Lei nº 14.133/2021**, as sanções poderão ser aplicadas **imediatamente**, independentemente de defesa prévia, quando a urgência assim exigir, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. O contrato poderá ser alterado mediante **termo aditivo** ou **apostilamento**, nos casos previstos na **Lei nº 14.133/2021**, incluindo prorrogação de prazos e adequação das condições contratuais.

12.2. Poderão ser realizados acréscimos ou supressões no objeto do contrato, respeitando o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado, conforme legislação vigente.

12.3. Alterações contratuais deverão ser formalizadas por **termo aditivo**, salvo quando caracterizarem mero ajuste de registro, hipótese em que poderão ser realizadas por **apostilamento**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PARTES INTEGRANTES

13.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos, as condições estabelecidas no **Edital do Pregão Eletrônico nº 90.035/2026**, seus anexos (especialmente o **Termo de Referência**) e a **proposta vencedora** apresentada pela **CONTRATADA**, bem como os demais documentos que compõem o processo administrativo e que sejam necessários à perfeita execução do objeto.

13.2. Quaisquer alterações necessárias durante a vigência contratual serão formalizadas por instrumento adequado, conforme o caso, mediante **termo aditivo** quando houver modificação que altere o conteúdo obrigacional do contrato, ou por **apostilamento** quando cabível, observadas as disposições do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, com base na legislação aplicável às contratações públicas e demais normas pertinentes, observados os princípios que regem a Administração Pública.

14.2. Subsidiariamente, poderão ser aplicadas normas de direito privado compatíveis com o regime jurídico-administrativo e os princípios gerais dos contratos, quando pertinentes ao caso concreto, sem prejuízo das regras próprias do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. A **CONTRATANTE** promoverá a **divulgação** deste contrato no **Portal Nacional de**

Contratações Públicas (PNCP) e em seu **sítio oficial na internet**, conforme o **artigo 94 da Lei nº 14.133/2021**.

15.2. A publicação atenderá às exigências da **Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação) e do **Decreto nº 7.724/2012**, garantindo a **transparência e publicidade** do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUCESSÃO E FORO

16.1. As partes firmam o presente contrato, **obrigando-se por si e seus sucessores** ao fiel cumprimento das condições aqui ajustadas.

16.2. Fica eleito o **Foro da Comarca de São João, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, **renunciando as partes a qualquer outro foro**, por mais privilegiado que seja.

16.3. A **CONTRATADA** deverá manter **um representante com plenos poderes** para receber **notificações, citação inicial e demais comunicações legais**, independentemente de eventual mudança de seu domicílio.

Local e Data

CONTRATANTE | CONTRATADA

Testemunhas:

1 – Nome:

2 – Nome:

Ou

ANEXO VIII

ANEXO À NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO Nº. _____

VALOR: R\$ _____ (_____)

1. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

1.1. Integra este instrumento o **Edital de Pregão Eletrônico nº. _____**, assim como seus Anexos e o **Descritivo da Proposta de Preços constantes do Processo nº. _____**, independentemente de transcrição.

2. DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento de cada fatura será realizado **em até 30 (trinta) dias**, contados a partir do **atesto da Nota Fiscal**, após a comprovação do **adimplemento do Contratado** em todas as suas obrigações, já deduzidas **as glosas e notas de débito**, e mediante verificação da **Regularidade Fiscal com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT)**, observadas as disposições do **Termo de Referência**.

2.2. Nenhum pagamento será efetuado **sem a apresentação dos documentos exigidos**, bem como enquanto **não forem sanadas irregularidades** constatadas na **nota fiscal**, no **fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais**.

2.3. Os pagamentos ficarão **condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da sua conta corrente**, que deverá ser **mantida na instituição financeira contratada pelo Município**.

2.4. O prazo estabelecido no **item 2.1** ficará **suspenso** na hipótese prevista no **item 13.d.1 das Condições Gerais do Pregão**.

2.4.1. Decorrido o prazo de **adimplemento da multa**, caso esta **não tenha sido paga**, os valores serão **descontados da fatura apresentada**.

2.5. Nos casos de **eventuais atrasos de pagamento**, desde que a **CONTRATADA não tenha concorrido para tanto**, será aplicada uma **taxa de compensação financeira sobre o valor devido**, calculada de acordo com a legislação vigente.

3. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

3.1. São obrigações do **Contratado**:

3.1.1. Efetuar a **entrega do objeto** em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus Anexos, acompanhado da respectiva **nota fiscal**, na qual deverão constar as informações referentes à **marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade**, além do **manual do usuário em português** e da **relação da rede de assistência técnica autorizada**, quando aplicável.

3.1.2. **Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes** do objeto, conforme o **Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990)**.

3.1.3. **Substituir, reparar ou corrigir**, às suas expensas, no prazo fixado no **Termo de Referência**, o objeto que apresentar avarias ou defeitos.

3.1.4. **Comunicar ao Contratante**, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas** da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, devidamente comprovados.

3.1.5. **Indicar preposto** para representá-lo durante a execução do contrato e manter comunicação com a Administração para a gestão contratual.

3.1.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as **condições de habilitação e qualificação** exigidas na licitação.

3.1.7. Manter atualizados seus dados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município**.

3.1.8. **Guardar sigilo** sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato.

3.1.9. **Arcar com os custos decorrentes de eventuais erros no dimensionamento** dos quantitativos apresentados em sua proposta, exceto nos casos de:

- Alteração qualitativa do projeto ou especificações pela Administração;
- Retardamento na expedição da ordem de execução ou autorização de fornecimento;
- Interrupção do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem da Administração;
- Aumento dos quantitativos contratados, dentro dos limites permitidos pela **Lei Federal nº 14.133/2021**.

3.1.10. Adotar práticas de **sustentabilidade**, conforme aplicável, utilizando materiais reciclados, biodegradáveis e atóxicos, de acordo com as normas da ABNT, e observar certificações ambientais do INMETRO para produtos sustentáveis.

3.1.11. Adotar práticas de **logística reversa** para os produtos e embalagens fornecidos, assumindo a responsabilidade pela destinação ambientalmente adequada.

4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O **licitante e o Contratado** que incorrerem em infrações sujeitar-se-ão às **sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021** e nos artigos correspondentes do **Decreto nº _____**, sem prejuízo de eventuais implicações penais.

4.2. A **multa aplicável não será inferior a 0,5% nem superior a 30%** sobre o valor total do lote ou contrato.

4.3. A Administração poderá **reter pagamentos até a quitação da multa** imposta.

4.4. Será aplicada uma **multa de mora diária de até 0,3%** sobre o valor do contrato ou parcela em atraso, até o 30º dia; após esse prazo, a multa será convertida em compensatória.

4.5. A aplicação das sanções seguirá o **devido processo administrativo**, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

5. DOS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser extinto:

- Por ato unilateral da Administração, salvo se o descumprimento for causado por ela própria;
- Por acordo entre as partes, inclusive por conciliação ou mediação;
- Por decisão arbitral ou judicial.

5.2. A parte que desejar rescindir o contrato deverá comunicar por escrito.

5.3. A extinção do contrato será formalmente motivada, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

6. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este instrumento é regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº _____** e demais normas aplicáveis ao contrato.

7. DO FORO

As questões decorrentes deste instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão processadas e julgadas no **Foro da Comarca de São João**, com exclusão de qualquer outro.

Município de São João, em ____ de _____ de 20____

CONTRATANTE | CONTRATADA

Testemunhas:

1 – Nome: _____

2 – Nome: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da **Carteira de Identidade nº _____** e do **CPF nº _____**, DECLARA, para os fins dispostos no **Pregão Eletrônico nº _____**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- ☐ **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- ☐ **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- ☐ **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- ☐ **COOPERATIVA**, nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

DECLARA, ainda, que a empresa **não se enquadra nas vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006**, e que **não ultrapassou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, no ano-calendário de realização da licitação**, nos termos do § 2º do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e Data: _____

Nome do Representante Legal

Cargo: _____

Assinatura: _____

ANEXO IX DECLARAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da **Carteira de Identidade nº _____** e do **CPF nº _____**, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no **Edital de Licitação** e que **possui as condições de habilitação previstas no edital**, bem como que tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado, o interessado deve fornecer à Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. Dados de identificação pessoal;
- 1.2. Informações sobre participações societárias;
- 1.3. Dados constantes em contratos sociais;
- 1.4. Endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. Estado civil;
- 1.6. Informações sobre cônjuges, quando aplicável;
- 1.7. Relações de parentesco;
- 1.8. Número de telefone;
- 1.9. Registro de sanções administrativas perante a Administração Pública;
- 1.10. Informações sobre eventuais condenações criminais ou por improbidade administrativa;
- 1.11. Outros dados necessários à formalização e execução do contrato.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação presume-se válido, legítimo e juridicamente adequado, conforme previsto na legislação vigente.

Local e Data: _____

Nome do Representante Legal

Cargo: _____

Assinatura: _____